

Conselho de Ética aprova cassação de Glauber Braga

Como reação, deputado anunciou greve de fome

Por Karoline Cavalcante

Em uma sessão marcada por um intenso clima de tensão, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira (9) o parecer que determina a cassação do mandato do deputado Glauber Braga (Psol-RJ). A decisão foi tomada por 13 votos a favor e 5 contrários, após quase seis horas de discussões.

Logo após a votação, Braga anunciou que deu início a uma greve de fome em protesto contra o que classificou como um processo de caráter político. Ele afirmou que não deixará as dependências do Congresso Nacional até que o julgamento de seu mandato seja concluído. Para o deputado, a tentativa de sua cassação é resultado de uma articulação que envolve figuras como o ex-presidente da Câmara Arthur Lira (PP-AL), por ter denunciado o chamado orçamento secreto, e o Movimento Brasil Livre (MBL), que, segundo ele, atua como “sócio minoritário” nessa ofensiva contra seu mandato.

“Eu tomei a decisão inconciliável, irrefutável de que eu não vou ser derrotado por Arthur Lira, eu não vou ser derrotado pelo orçamento secreto, eu não vou ser derrotado pelo sócio minoritário dessa história que foi o MBL”, iniciou Glauber. “Eu vou permanecer aqui nesta sala, no Congresso Nacional até a finalização do processo. No dia de hoje eu já iniciei. A partir de agora, eu não vou me alimentar”, prosseguiu.

A deputada Luiza Erundina (Psol-SP), prestou solidariedade ao colega e defendeu que



Kayo Magalhães/Câmara dos Deputados

Glauber anunciou que fará greve de fome até decisão final sobre seu mandato

parlamentares do partido se mantenham ao lado de Glauber fisicamente, no Congresso, durante o desenrolar do processo.

Relembra

Nas semanas passadas, o relator Paulo Magalhães (PSD-BA) já havia recomendado a cassação do deputado Glauber Braga, mas a votação foi adiada após um pedido de vista — mais tempo para análise — feito pelo deputado Chico Alencar (Psol-RJ). No parecer, Magalhães sustenta que as acusações contra Braga, especialmente as ofensas dirigidas ao então presidente da Casa, representam um ataque à honra e à dignidade do Parlamento e de seus integrantes.

A representação (REP 5/24), apresentada pelo Partido Novo, acusa o parlamentar de agredir fisicamente, com empurrões e chutes, o youtuber Gabriel Costenaro, integran-

te do Movimento Brasil Livre (MBL), após provocações ocorridas dentro da Câmara dos Deputados em abril de 2024. O relatório também aponta possíveis agressões verbais e físicas a outros parlamentares, como o deputado Kim Kataguiri (União-SP), além de ataques ao então presidente da Casa.

Próximos passos

Com a aprovação no colegiado, o parlamentar ainda pode apresentar recurso à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), e ele já antecipou que o fará. Caso a CCJ rejeite o pedido, o processo segue para o plenário da Câmara, onde uma eventual cassação precisa do aval da maioria absoluta dos deputados — 257 votos — para ser efetivada.

A deputada Talíria Petrone (RJ), líder da bancada do PSOL na Câmara, enviou uma carta aberta aos presidentes do Su-

premo Tribunal Federal (STF), ministro Luís Roberto Barroso, e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministra Carmen Lúcia, em defesa da democracia. Salienta ainda as distorções no Código de Ética e Decoro Parlamentar, que, segundo ela, permite punições desproporcionais e arbitrarias, infringindo o princípio da proporcionalidade. Ela denuncia que o processo não se baseia em fatos concretos, mas na atuação crítica de Glauber Braga e no seu direito à liberdade de expressão.

“Glauber, excelências, é um parlamentar necessário. A democracia se faz no diálogo e também no debate. Não há debate num espaço em que todos expressam a mesma opinião, inclusive espaços de unanimidade na verdade são arenas de silenciamento. Onde todos concordam, muitos não estão sendo ouvidos”, afirmou a carta assinada pela líder da sigla.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Waldemar Barreto/Agência Senado



Flávio Bolsonaro criticou as declarações de Gilvan

Fala de deputado sobre morte de Lula irritou PL

Ao condenar a fala em que o deputado Gilvan da Federal (PL-ES) desejou a morte do presidente Lula, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) tentou minimizar o que foi classificado de tiro no pé pelos defensores da anistia. A declaração do deputado foi vista como inoportuna no momento em que a oposição fala em necessidade de pacificar o país. Na terça, ao apresentar

relatório favorável a projeto que retira armas de fogo da segurança do presidente da República e de seus ministros, o deputado se disse favorável à morte de Lula. Ontem, Flávio classificou a declaração de reprovável e disse que a atitude do companheiro de partido não é esperada de que está na Câmara para discutir “as coisas sérias do Brasil”.

Inquérito

Em 2020, André Mendonça, então ministro da Justiça e hoje integrante do Supremo Tribunal Federal, determinou que a Polícia Federal investigasse o jornalista Hélio Schwartzman. Em artigo na Folha de S.Paulo, ele disse que torcia pela morte de Jair Bolsonaro.

Trancado

Bolsonaro, que ocupava a Presidência, estava com covid. Segundo Schwartzman, sua morte, como qualquer outra, “lamentável”, mas alertaria para os riscos da doença e acabaria poupando outras vidas. Em 2023, o inquérito foi trancado pelo Superior Tribunal da Justiça.

Kayo Magalhães/Câmara dos Deputados



Lafayette Andrada cita necessidade de negociação

Favorável à anistia, deputado diz que projeto ainda demora

Defensor da anistia aos condenados pelo 8 de Janeiro, o deputado Lafayette de Andrada (Republicanos-MG) avalia que o projeto acabará sendo aprovado. Mas isso, diz, não acontecerá logo, ainda vai demorar um pouco para que ocorra. Para o parlamentar, será preciso negociar alguns pontos relacionados com

a medida, inclusive com o Supremo Tribunal Federal. Afirma que a anistia não pode gerar uma crise institucional. Frisa também a necessidade de conversas com o Senado, já que não adiantaria a Câmara aprovar um projeto sem ter a garantia de que o mesmo resultado será obtido na outra Casa do Congresso.

Prudência

O deputado destaca o papel que vem sendo exercido pelo presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), nessa negociação. Destaca que ele demonstra uma postura prudente, de quem busca um caminho suave para resolver o problema e encontrar uma solução.

Fotografados

Para Lafayette, apenas aqueles que foram flagrados e fotografados destruindo patrimônio público deveriam ser processados, mas na primeira instância da Justiça. Segundo ele, por não ter sido condenado, Bolsonaro não seria beneficiado pela anistia.

Divergência

Deputados do PT e do Psol disseram ontem, no Conselho de Ética, que o líder do PL, Sóstenes Cavalcante (RJ), os procurara para dizer ser contra a cassação do mandato de Glauber Braga (Psol-RJ). Sóstenes é, entre os deputados, o maior militante pela anistia.

Greve de fome

Ainda ontem, Glauber anunciou que fará greve de fome na própria Câmara até que seu caso seja definido pelo plenário. O caso tende a ficar dramático e a acirrar ainda mais os ânimos na Casa, o que complica qualquer possibilidade de entendimento sobre anistia.

TRE-GO decide derrubar inelegibilidade de Caiado

Marcelo Camargo/Agência Brasil

Por Karoline Cavalcante

O Tribunal Regional Eleitoral de Goiás (TRE-GO) decidiu, por unanimidade, revogar nesta terça-feira (8) as punições da 1ª instância que declararam inelegível, pelo período de oito anos, o governador de Goiás, Ronaldo Caiado (União). A Corte também anulou a inelegibilidade imposta ao prefeito eleito de Goiânia, Sandro Mabel (União Brasil) e à sua vice, Coronel Cláudia (Avante), além da cassação dos registros de suas candidaturas. Todos haviam sido condenados em dezembro do ano passado em primeira instância por abuso de poder político.

Apesar da revisão das penas mais graves, os juízes mantiveram as sanções de multa aplicadas aos três políticos por condutas vedadas, pelo uso da estrutura pública estadual para fins eleitorais. Em relação a Caiado, foi mantida uma multa de R\$ 60 mil, Mabel terá que pagar R\$ 40 mil, enquanto Cláudia, R\$ 5,3 mil. Ainda cabe recurso ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). As infrações estão relacionadas ao oferecimento de jantares no Palácio das Esmeraldas, sede do governo estadual, nos dias 7 e 9 de outubro de 2024, com a participação de vereadores eleitos de Goiânia, como uma forma de angariar apoio político à chapa de Sandro Mabel.

No entanto, o TRE-GO classificou a natureza das condutas como de baixa gravidade. A Corte destacou que os eventos



Caiado recupera direitos para tentar Presidência em 2026

foram pontuais e restritos, consistindo apenas em dois jantares de curta duração. Além disso, não houve transmissão ao vivo dos encontros, nem promessas de vantagens ou ameaças para obter apoio político. A participação de vereadores e suplentes que já haviam sido eleitos também foi vista como limitada em sua influência sobre o resultado da eleição majoritária.

“Compreendo que as vedações praticadas pelos investigados não tiveram grande vulto a ponto de contaminar qualquer ato ou ação do governo estadual durante o segundo turno das eleições de Goiânia em 2024, se materializando estritamente no uso de um dos salões da re-

sidência oficial do governador e somente em duas comedidas ocasiões”, considerou o relator, desembargador José Mendonça Carvalho.

“Tranquilidade”

Nas redes sociais, Caiado declarou ter recebido a decisão com o sentimento de tranquilidade e confiança no sistema Judiciário. “Aguardei com muita serenidade e respeito o julgamento do TRE sobre minha conduta durante as eleições municipais de 2024”, comentou em publicação na plataforma X (antigo Twitter). “Minha trajetória é de absoluto respeito às leis do nosso país e seguirei sempre neste caminho”, prosseguiu.

O governador é, inclusive, o primeiro político a anunciar oficialmente a sua pré-candidatura para a presidência da República nas eleições de 2026. Caiado se colocou na disputa eleitoral durante cerimônia em Salvador (BA), na última sexta-feira (4).

Entenda

Em dezembro de 2024, a juíza Maria Umbelina Zorzetti, da 1ª Zona Eleitoral de Goiânia, havia condenado os políticos por decisão de primeira instância. Como a sentença não possuía efeito imediato, Mabel e sua vice foram diplomados e empossados nos cargos e Caiado só. A decisão foi tomada em resposta a um recurso apresentado pela coligação do candidato derrotado Fred Rodrigues (PL) na eleição para a prefeitura de Goiânia em 2024, no âmbito de uma Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE).

Em seguida, os três apresentaram recurso ao TRE. Alegaram que os encontros se limitaram a reuniões de articulação política entre integrantes da base aliada do governador “não havendo registro de pedidos de votos, promoção de candidaturas ou qualquer ação destinada a influenciar o pleito”.

A Procuradoria Regional Eleitoral do Estado de Goiás, vinculada ao Ministério Público Eleitoral (MPE), manifestou-se, então, favorável à reversão das condenações. Embora tenha reconhecido que os jantares causaram desequilíbrio no pleito, considerou excessivas as sanções aplicadas.